

SP recebe fórum de enoturismo em agosto de 2026

Evento reunirá especialistas para debater turismo, vinhos e gastronomia

Da Redação

A cidade de São Paulo será sede, nos dias 12 e 13 de agosto, da primeira edição do Fórum de Enoturismo e Gastronomia das Américas, encontro que reunirá representantes do setor público, iniciativa privada, entidades internacionais, produtores, especialistas e profissionais ligados ao turismo e à gastronomia. A programação ocorrerá no World Trade Center (WTC), na zona sul da capital, com debates voltados ao desenvolvimento do turismo gastronômico, do enoturismo e da cadeia produtiva do café como instrumentos de geração de emprego, renda e promoção de destinos turísticos.

O evento é promovido em parceria entre o Ministério do Turismo, a ONU Turismo e a administração municipal. A proposta é reunir autoridades, pesquisadores, empresários, chefs de cozinha, sommeliers, produtores rurais, representantes do trade turís-

tico e gestores públicos para discutir estratégias de fortalecimento desses segmentos, além de iniciativas relacionadas à inovação, sustentabilidade, desenvolvimento territorial e valorização da cultura alimentar nas Américas.

A programação prevê painéis temáticos, mesas de debate e apresentações de experiências nacionais e internacionais voltadas ao turismo associado à gastronomia e ao vinho. Também serão discutidos temas como preservação do patrimônio cultural, qualificação profissional, incentivo à produção regional, integração entre os setores de turismo e alimentação e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico por meio da gastronomia.

Segundo os organizadores, o encontro pretende estimular a troca de experiências entre países, promovendo modelos de desenvolvimento que utilizem a gastronomia como diferencial competitivo para atrair visitantes e am-



Lançamento do I Fórum de Enoturismo e Gastronomia das Américas

pliar oportunidades econômicas. A expectativa é que o fórum reúna participantes de diferentes regiões das Américas, incluindo representantes de governos, organizações internacionais, universidades e empresas do setor.

A escolha da capital paulista como sede leva em consideração a infraestrutura voltada ao turismo de negócios e eventos, além da relevância da cidade no cenário gastronômico nacional. SP concentra uma ampla rede hoteleira, centros de convenções, restaurantes e estabelecimentos especializados em diferentes culinárias, características que a colocam entre os principais destinos brasileiros para

eventos internacionais e turismo gastronômico.

Entre os temas previstos para os debates estão a criação de roteiros integrados de enoturismo, o fortalecimento das cadeias produtivas ligadas ao vinho, ao café e à gastronomia, o incentivo às pequenas e médias empresas, o uso da inovação tecnológica para promoção de práticas sustentáveis no turismo e estratégias de internacionalização de produtos regionais.

O fórum deverá abordar a importância da gastronomia como elemento de identidade cultural e de preservação do patrimônio imaterial. Especialistas discutirão formas de transformar tradições culi-

nárias em atrativos turísticos permanentes, ampliando o fluxo de visitantes e gerando impactos econômicos para produtores locais, restaurantes, hotéis e demais serviços relacionados ao turismo.

AMPLIAR INTERCÂMBIO

Outro objetivo do encontro é ampliar o intercâmbio entre os países americanos na formulação de políticas públicas voltadas ao turismo gastronômico. A programação inclui debates sobre capacitação profissional, promoção internacional de destinos, desenvolvimento regional e cooperação entre governos, universidades, entidades do setor e empresas privadas.

MPF acompanha lista de risco climático na capital

Da Redação

O Ministério Público Federal (MPF) instaurou um procedimento para acompanhar a inclusão da cidade de São Paulo e de outros municípios paulistas no Cadastro Nacional de Municípios com Áreas Suscetíveis à Ocorrência de Deslizamentos de Grande Impacto, Inundações Bruscas ou Processos Geológicos ou Hidrológicos Correlatos. A medida busca verificar se estão sendo adotadas as providências necessárias para que localidades consideradas vulneráveis passem a integrar a relação federal.

Além da capital paulista, a fiscalização abrange Barueri, Mauá, Osasco, Registro, Santo André e São Bernardo do Campo, municípios que

integram a área de atuação ambiental da Procuradoria da República em São Paulo. O procedimento será conduzido pelo 33º Ofício da unidade.

O cadastro nacional reúne cidades sujeitas a eventos extremos, como enchentes, deslizamentos e outros processos geológicos e hidrológicos, permitindo maior transparência sobre as áreas de risco e orientando a implementação de políticas públicas voltadas à prevenção de desastres.

A inclusão na lista também impõe obrigações aos municípios, como o mapeamento de áreas vulneráveis, o monitoramento da ocupação irregular, a identificação da população exposta a riscos e a elaboração de planos de contingência para situações de emergência na região.

FOTO ILUSTRATIVA: WILSON DIAS/AGÊNCIA BRASIL



Além de São Paulo, a ação abrange outras cidades da Grande SP

A legislação prevê que a inclusão de novos municípios pode ocorrer por iniciativa das próprias prefeituras, dos governos estaduais ou da União. Antes da efetivação da

medida, as administrações municipais devem ser consultadas e podem apresentar também manifestações técnicas caso discordem da classificação que foi proposta.

Segundo o MPF, os municípios abrangidos pela fiscalização apresentam áreas suscetíveis a impactos provocados por eventos climáticos extremos, cenário agravado pela ocupação de regiões vulneráveis e pela intensificação das chuvas. Na capital, por exemplo, episódios de alagamentos são recorrentes durante temporais, especialmente em áreas com elevada impermeabilização do solo e infraestrutura insuficiente para o escoamento das águas.

O Objetivo da fiscalização é verificar se os órgãos competentes adotam as medidas previstas na legislação para ampliar a prevenção de desastres e reduzir os riscos. A iniciativa também acompanha o processo de eventual inclusão dos municípios.